AS INFLUÊNCIAS DA *BELLE-ÉPOQUE* E A PRÁTICA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM MOSQUEIRO[1]

DANIEL RODRIGUES TAVARES*

RESUMO

Entre as últimas décadas do XIX e as primeiras do século XX, por conta dos lucros em torno da exportação do látex, Belém, capital do Estado do Pará, experimentou uma urbanização que seguiu padrões europeus de organização da vida nas cidades – o que identificamos como *belle-époque*. Esse processo tangenciou o centro do arquipélago de Mosqueiro, distrito administrativo de Belém, popularmente chamada de "Ilha", com a chegada de belenenses e estrangeiros que elegeram o lugar como um dos principais locais para se passar o fim de semana e as férias. Nesse interim, percebe-se a edificação de bens culturais materiais que podem ser objeto do ensino de História, por meio da educação patrimonial.

PALAVRAS-CHAVES: *Belle-Époque*, Educação Patrimonial, Patrimônio Cultural, Ensino de História, Mosqueiro.

ABSTRACT

Between the last decades of the XIX and the first of the XX centrury, due to the profits related to the export of latex, Belém, state's capital of Pará, experienced an urbanization that followed european model of organization of city life – what we identified as *belle-époque*. This process touched the center of the Mosqueiro archipelago, administrative district of Belém, populary called the "Island", with the arrival of belenenses and foreigners who elected the local as one of the main places to spend the weekend and holidays. In this interim, we can perceive the construction of cultural material goods that can be object of the teaching of Histoty, through heritage education.

---

[1] O presente artigo advém da pesquisa, em andamento, que resultará na dissertação de mestrado que será apresentada ao programa de pós-graduação Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória), pela Universidade Federal do Pará (UFPA – campus Ananindeua), com o título "O ensino de história por meio da Educação Patrimonial em Mosqueiro", com defesa provável para o mês de junho de 2018.

* Mestrando do programa de pós-graduação do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), pela Universidade Federal do Pará (UFPA), campus Ananindeua.

KEY-WORDS: *Belle-Époque*, Heritage Education, Cultural Heritage, History Teaching, Mosqueiro.

Introdução

Na virada do século XIX para o XX, Belém, capital do Estado do Pará, vivia um bom momento econômico por conta das exportações do látex, para a Europa e Estados Unidos. A partir do comércio das gomas de borracha, a cidade passou por um processo de transformação de sua área central, com a instalação de serviços e equipamentos urbanos, implementação de um programa de saneamento e higienização, surgimento de lojas, instituições financeiras, construções de casas em estilo arquitetônico europeu. Esse processo de urbanização esteve alinhado à lógica de seguir o modelo de vida europeu, especialmente, parisiense, francês – fala-se da *belle-époque*.

Muitas empresas de fora do país, como *Port of Pará*, *Amazon River Steam Navigation*, *Amazon Land and Colonization*, *The Sears Pará Rubber*, *Madeira Mamoré Railway Company*, instalaram-se na cidade trazendo técnicos estrangeiros. O processo de imigração, ocasionado pela euforia econômica da venda da borracha, trouxe muitas pessoas de outras nacionalidades, principalmente, portugueses. Muitos desses estrangeiros e belenenses elegeram o arquipélago, chamado popularmente de "Ilha" de Mosqueiro, distrito administrativo de Belém, como um dos principais destinos turísticos entre o final do XIX e o início do século XX. A chegada desse público externo, fez a Ilha experimentar aspectos da *belle-époque* belenense, como a construção de chalés em estilo arquitetônico *Art Nouveau*, a construção de trapiche de ferro, a instalação de linhas de transporte fluvial realizada por vapores, a instalação de um ferro-carril para a locomoção interna de pessoas por meio de bondes, a inauguração de cinema. Serviços urbanos que se concentraram entre a orla da Praia do Porto Arthur até o bairro da Vila. Entendemos que esses elementos perfazem um rico Patrimônio Cultural Material.

Intencionamos utilizar a Educação Patrimonial no distrito de Mosqueiro (Belém) como um instrumento capaz de promover a preservação dos bens culturais, assim como relacionar memória, identidade e cidadania, na prática de um ensino de história, que utiliza a pesquisa sobre o cotidiano e acerca da história local como ferramenta importante para construir um conhecimento histórico escolar que sirva de orientação para a vida prática. Nesse sentido, a pesquisa com os alunos de duas turmas do terceiro ano do Ensino Médio, da Escola Estadual Honorato Filgueiras, localizada no distrito, ajudou-nos a traçar uma proposta de trabalho

envolvendo a educação para o patrimônio – pensamos a realização de passeio ciclístico aos chalés localizados na orla, com a produção de um relatório por parte dos discentes, de acordo com a sequência proposta pela metodologia oficial de Educação Patrimonial, construída pelo MEC.

O que alguns alunos reconheceram como bens culturais nos leva a pesquisar a influência da economia da borracha em Mosqueiro e identificar facetas da Belle-Époque belenense e mostrar como as mesmas transformaram, sobremaneira, o espaço da ilha, e seu crescimento econômico e demográfico.

Ensino & História

O ensino de história no Brasil, durante o século XX, esteve muito atrelado aos interesses do Estado, no que tange à formação do cidadão patriota. Exemplos nítidos: o contexto da Era Vargas e a ditadura civil militar, de 1964 a 1985. No primeiro caso, inclusive, sobre patrimônio cultural, a política oficial considerava apenas o belo, o suntuoso, o que estivesse relacionado a uma ideia de grandiosidade da nação. Sob o regime militar a História foi diluída em meio aos conteúdos de Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Moral e Cívica, disciplinas que ensinavam nomes, datas, fatos (FONSECA, 2004).

Ao falar de ensino de História, convém indagar sobre os saberes mobilizados em sala de aula e as maneiras pelas quais eles se articulam nas interações entre professores e alunos. Tanto uns como outros podem sofrer mudanças significativas, ao sabor das relações de forças socioculturais, políticas e econômicas ocorridas em determinado tempo e lugar, algo que não escapa de qualquer mirada panorâmica da história da História como disciplina escolar. Essas transformações incidem diretamente sobre a própria concepção de ensino da história. Nesse diapasão, a professora Ana Maria Monteiro, em contraposição a visão tradicional, tecnicista e memorialística, entende o ensino da história como um "lugar":

> *Lugar teórico, de produção e transmissão de saberes; 'lugar de fronteira': entre História e Educação, de confluência de e com outros múltiplos saberes, o que nos desafia permanentemente ao dever de vigilância ética, política e epistemológica ao atuar entre a necessidade de ensinar saberes referentes ao passado, ao mesmo tempo em que se contribui para desenvolver o pensamento e a reflexão crítica dos alunos, cidadãos atuantes na sociedade em que vivem* (MONTEIRO, 2007: 3).

A autora debate o ensino como um lugar de fronteira, não no sentido de terra de ninguém, mas um espaço de diálogo entre saberes e fazeres diferentes, produzidos e instrumentalizados, tanto interna como externamente ao ambiente escolar, entre eles os conhecimentos acadêmicos. Nesse sentido a ideia de Ana Maria Monteiro corresponde à construção de uma "epistemologia do conhecimento escolar e dos saberes docentes" (MONTEIRO, 2007: 9), considerando a pesquisa sobre o ensino de história como primordial para se superar a dicotomia entre ensino e pesquisa, arraigada em meio às práticas docentes na educação básica. Ana Maria Monteiro concebe o ensino, igualmente, como um "lugar de memória". E para tal, ele deve apresentar as três características, que, segundo Pierre Nora, conformam essa categoria, quais sejam, as de ordem material, simbólica e funcional.

> *Assim, é possível perguntar: estes sentidos estão presentes no ensino de história? Acredito que podem estar. É material por seus aspectos administrativos e técnicos de organização institucional de espaços e tempos; funcional, pois permite ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; simbólico, porque permite a atribuição de sentidos e ressignificação de práticas e representações* (MONTEIRO, 2007: 14).

A compreensão do ensino de história como "lugar de memória", é, então, acompanhada pela noção de "lugar de fronteira", na qual se entrecruzam memória e história. Vem daí a perspectiva de que o ensino da disciplina também está imerso num processo de demarcação de referências identitárias de formação do cidadão crítico, ao perder de vista o papel de construção da memória a qual o ensino de história participa.

Circe Bittencourt chama a atenção para a característica política no ato de conformação desse cidadão. Ela aponta para uma forma de concepção de cidadania, que difere daquela vista como neoliberal ou nacionalista, ao referir-se a uma "cidadania social".

> *Cabe enfatizar que a ampliação do conceito de cidadania, com a introdução e explicitação de cidadania social, confere ou deveria conferir uma outra dimensão aos objetivos da História quanto ao seu papel na formação política dos alunos, implicando, ainda uma revisão mais aprofundada dos conteúdos propostos* (BITTENCOURT, 2001: 22).

Sobre o debate do Patrimônio Cultural, outrora esses bens culturais eram denominados como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, muito na lógica de sacralizar uma memória de grupos dominantes na sociedade brasileira. A própria mudança para o termo Patrimônio Cultural, que engloba bens culturais de vários tipos, possibilita a construção de memórias de grupos variados da sociedade, num prisma de valorização identitária que contribui para a

formação cidadã. “A história liberta, mas pode oprimir também. A memória pode aprisionar, mas, às vezes, torna-se o lugar das possibilidades de resistências e transgressões” (MONTEIRO, 2007: 22). Aqui reside a importância do papel do professor de História que selecionará conteúdos, definirá formas de abordagem e significações em sala de aula que ajudarão o aluno a entender a História como o estudo do seu cotidiano e, portanto, contribuir também na sua própria percepção como sujeito histórico.

Nesse sentido, é importante destacar que além do papel do professor na seleção de conteúdos, é primordial se levar em conta o conhecimento prévio (CARRETERO, & JACOTT, 1997: 33) que o aluno traz consigo, ainda mais quando lidamos com o Patrimônio Cultural que traz memórias de outra época, que podem ser referências de identidade cultural para as pessoas. Sandra Siqueira da Silva constrói uma compreensão de Patrimônio Cultural a partir da relação entre ciência e o saber popular. Logo, é fundamental, para se educar a partir do patrimônio cultural, considerar aquilo que as pessoas entendem como Patrimônio, os bens os quais se identificam culturalmente. Dessa forma, nossa pesquisa com 58 alunos, de duas turmas do terceiro ano do ensino médio, da Escola Honorato Filgueiras, em Mosqueiro, distrito de Belém, capital do Pará, quis saber o que os próprios alunos consideram como Patrimônio Cultural na “Ilha”, por meio de um questionário inicial com dois questionamentos: o que você entende por Patrimônio Cultural? Pergunta para a qual obtive respostas satisfatórias que associaram patrimônio àquilo que homem produz culturalmente. O outro questionamento:

TABELA: O QUE OS ALUNOS CONSIDERAM COMO PATRIMÔNIO CULTURAL EM MOSQUEIRO.

RESPOSTAS	Nº DE MENÇÕES
Chalés	21
Igreja Matriz	10
Trapiche da Vila	7
A fábrica Bitar	7
O mercado da Praça Matriz	6
As praias	5
A Praça Matriz	5
Tapiocaria	4
O Coreto da Vila	4
As quadrilhas	4
A pesca	3
As festividades de santos	3
Porto do Pelé	2
A Pata Choca	2
Portal	1
O Farol	1

Escola Inglês de Souza	1
As danças	1
As mangueiras da rua 16 de novembro	1
As pipas	1
O Círio	1
O Carimbó	1
O Bicho de sete cabeças que tinha na Baía do Sol	1
O cinema;	1
As escolas de samba	1
O carnaval	1

Os primeiros bens culturais mencionados, chalés da orla, a Igreja Matriz, Trapiche da Vila, a Fábrica Bitar, o Mercado da Praça Matriz, os quais juntos totalizam 51 menções feitas por alunos, foram erguidos desde inícios da segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX, um período que se relaciona ao contexto em que Belém experimentou uma urbanização influenciada por um padrão europeu de vida. Esse patrimônio mencionado pelos alunos nos leva a um trabalho em torno do Patrimônio Cultural Material, que em larga medida é resultado de um processo de ocupação de Mosqueiro que tem a ver com a economia da borracha na capital paraense.

É importante definir o que vem a ser Patrimônio Cultural. Na sigla do principal órgão federal que cuida do tema em questão ainda permanece a denominação Patrimônio Histórico (IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional), a qual se tornou usual. Entretanto, refere-se a apenas uma parte dos bens culturais que integram o Patrimônio Cultural brasileiro, entendidos como o resultado da cultura humana no Brasil, que podemos dividir em Patrimônio Cultural Natural, Imaterial e Material. O primeiro grupo corresponde aos elementos da natureza que são apropriados pela cultura humana. O segundo diz respeito aos bens chamados “intangíveis”, ou aquilo se relaciona com o saber e ao saber fazer. Enquanto que os bens materiais são tangíveis, palpáveis, como obras de arte, prédios, sítios arqueológicos, etc. (LEMOS, 2010: 7-11). Destaque para esse terceiro grupo, uma vez que nosso projeto o tomará como objeto de pesquisa.

Economia da borracha e a Belle-Époque em Belém

O período entre o final do século XIX e início do século XX o látex retirado das *heveas brasilienses* (seringueiras) ganhou o mercado internacional, principalmente estadunidense e

europeu, tornando-se o 2º produto de exportação brasileiro, perdendo apenas para o café do centro-sul do país, devido ao crescente interesse estrangeiro pela borracha.

> *De objeto de curiosidade no início do seu conhecimento pelos europeus, a borracha logo passaria a constituir um produto de largas perspectivas no comércio internacional, cuja demanda cresceria incessantemente no século XIX e com ímpeto ainda maior nas primeiras décadas do século XX. A longa duração de uma demanda sustentada é que repercutiria na Amazônia como forte incentivo à produção* (SANTOS, 1980: 42).

Segundo Pere Petit...

> *Entre 1891 e 1900, a produção média anual de borracha foi de cerca de 21 mil toneladas e de 34.500, em média anual também, no período de 1901 a 1910, sendo que, entre 1890 e 1910, esse produto proporcionou 30% do valor total das exportações do país e cerca de 40% em 1910, ano no qual o Brasil exportou 38.547 toneladas a 655 libras a tonelada. Nessas duas décadas (1890-1910), somente as exportações de café superaram o valor total das de borracha, oscilando, anualmente, entre um mínimo de 45% a 60% das exportações do país* (PETIT, 2003: 53).

É importante considerar que a Amazônia, inserida no Capitalismo mundial, produzia de forma artesanal a borracha, por meio do sistema de aviamento (WEINSTEIN, 1993), em que o extrator do látex, o qual na maioria dos casos era imigrante nordestino, foi forçado a aceitar uma relação de trabalho que desmentia as promessas de enriquecimento fácil da atividade da borracha. O seringalista aviava (vendia a crédito) mantimentos a preços altos para o seringueiro sobreviver, e este pagava pelos produtos com a goma elástica. Cristina Donza Cancela destaca algumas características desse sistema:

> *... a forte presença do migrante nordestino; o estabelecimento dos marcos de posse da terra e requerimento de títulos; o trabalho isolado do seringueiro, sem a presença da família; a concentração da atividade de extração da seringa em detrimento da lavoura, com consequente necessidade do seringueiro comprar os alimentos necessários à sua dieta junto aos comerciantes* (CANCELA, 2006: 60).

Esses elementos nos ajudam a perceber que, mesmo sendo o nosso objeto de pesquisa relacionado à ilusão do fausto (DIAS, 1999) o qual a Amazônia, principalmente as cidades de Belém e Manaus, viveu entre os anos 1870 e 1920, havia muitas contradições internamente. Além do aviamento, outro exemplo disso é a regulamentação do espaço público que o intendente Antônio Lemos implementa entre os anos de 1897 e 1911, que envolveu a expulsão dos pobres do centro da cidade.

> *Cabe assinalar que os cortiços eram ameaçadores não somente pelas péssimas condições de sanitárias, mas também pelas desordens que ocorriam nesses locais, atrapalhando a ação moralizadora do poder público. Representavam pontos urbanos que se transformaram em foco de infecção, sinal de verdadeiras 'anomalias' dentro do novo projeto estético do final do século. Como se não bastasse a péssima feição desses "monstros" bem no "coração da cidade", ainda eram conhecidos por ser um 'valhacouto de gatunos e vagabundos"* (SARGES, 2002: 125).

A "solução" encontrada por Lemos foi demolir as casas humildes que estavam em desacordo com as "feições" da "Paris Tropical". Não omitimos as contradições neste trabalho, pois, apesar de nosso objeto estar relacionado à suntuosidade da *belle-époque* em Belém, o patrimônio cultural material deixado em Mosqueiro, também se relaciona com os moradores de maneira contraditória: os nativos pouco ou quase nada aproveitaram os melhoramentos urbanos pelos quais Mosqueiro passou. Contudo, os lucros advindos do comércio das gomas de borracha geraram um momento de euforia econômica e cultural. Investiu-se em melhorias na infraestrutura do centro de Belém: calçamento, abertura de vias públicas, iluminação elétrica, reforma do Teatro do Paz.

> *No final do século XIX, Belém passou por um processo de reformulação de seu espaço urbano, pois era necessário que a capital paraense se tornasse uma cidade moderna – não uma cidade moderna qualquer, mas uma que pudesse assumir a condição de a "Paris Tropical". A Belém moderna nada mais foi do que um período específico de transformações urbanas exercidas pelo Poder Público, seguindo um projeto urbanístico de aformoseamento e embelezamento da paisagem urbana financiado pela Belém da borracha (1870-1910)* (SOARES, 2008: 47).

Tudo isso ocorreu de forma a copiar padrões europeus, principalmente franceses. Trata-se da *Belle Époque* (Bela Época) que traz no seu bojo a noção de vida pautada pelo desenvolvimento científico, das artes em geral, e também melhoramentos urbanos para as elites, tal como se buscou em Belém e Manaus. Soma-se isso ao contexto vivido pelo Brasil do final do século XIX: em 1889 a República é proclamada com um forte apelo positivista – crença no progresso pautado pelas inovações científicas seguidas de modernizações urbanas.

> *No final do século XIX, o cosmopolitismo do 'ciclo' da borracha fez-se sentir com vigor nas cidades amazônicas, transformando Manaus e Belém em pequenas reproduções de cidades europeias. Em Belém, a paisagem urbana sofreu modificações com a construção de palacetes residenciais, praças, quiosques, abertura de avenidas e outros melhoramentos urbano.* (SARGES, 2010: 23).

Neste período era comum identificar Belém como a "Paris na América". A cidade passou por um profundo conjunto de mudanças que alteraram substancialmente o espaço urbano

da capital do Pará. Além dos melhoramentos já mencionados: bondinho elétrico, forno crematório de lixo, necrotério, obras de saneamento básico, como instalação de água encanada e sistema de esgoto. Belém passou por um processo de higienização semelhante ao que ocorreu na capital federal (Rio de Janeiro), confirmando o centro da cidade como o espaço das elites e a periferia como o local do "populacho".

Fábio Fonseca de Castro, ao construir sua dissertação de mestrado que tratou sobre a melancolia envolta ao declínio da Era da Borracha, no campo da sociologia da cultura, argumentou sobre o espectro de modernidade que a capital do Pará viveu, destacando sua condição de periferia do capitalismo. A região esteve e continua imersa a esse sistema de produção, mas não usufrui necessariamente de suas benesses, a não ser uma ilusão de progresso momentâneo. Nesse sentido, estabelece um questionamento à Maria de Nazaré Sarges, referindo-se à palestra *Cidade em pedaços* que a historiadora proferiu em 29 de agosto de 1993, apresentando sua dissertação de mestrado sobre a urbanização de Belém na intendência de Antônio Lemos, já citada neste artigo.

> *... ainda que a pesquisa da professora tenha sido bem estruturada, e construída em base crítica sobre a sociedade Amazônica da "belle-époque", foi inevitável que, durante seu discurso, nos limites de sua fala, a professora se detivesse longamente em descrições de detalhes pitorescos da "urbanidade" à qual se referia. E isso foi feito, certamente, com aquiescência e delícia da plateia. Todos reunidos numa sessão de devaneio coletivo, deixando-se levar pelos deliciosos mitos de quem vive Belém, deixando-se embalar na sutileza e na delicadeza de uma alienação que não é política, (...), mas que tem por base semiótica uma desestrutura de referenciais simbólico* (CASTRO, 2010: 62).

O trabalho de Fábio de Castro tece duras críticas às visões oníricas que constroem a imagem de uma Belém dos sonhos. De acordo com isso, considerando que os alunos entenderam como patrimônio cultural de Mosqueiro os bens materiais erguidos no contexto da economia da borracha, pretendemos um trabalho de educação patrimonial que não discuta apenas a beleza arquitetônica, dos chalés, por exemplo, mas considere também a relação da população para com esse patrimônio edificado.

Influências da economia da borracha e o ensino de história por meio da Educação Patrimonial em Mosqueiro – Uma proposta

Podemos identificar uma característica interessante da Bela Época belenense: a busca por ambientes bucólicos, amenos, longe da agitação do grande centro – *fugere urbem*. Era

comum, nessa época, a procura por balneários, praias, locais para passar o fim de semana. Técnicos estrangeiros que vieram a Belém trabalhar em companhias como *Para Eletric Railways*, *Port of Para*, *Amazon River* e outras, e belenenses, elegeram Mosqueiro como um dos *Point* para curtir o final de semana – o momento de lazer e descanso (MEIRA FILHO, 1978). Por exemplo, na edição da *Folha do Norte*, no dia 14/06/1897, encontramos reclamações sobre as condições ruins do Trapiche da Vila, em que se tinha a presença de um inglês que quase caiu da ponte.

O arquipélago de Mosqueiro fica a cerca de 27 km do centro de Belém (via fluvial), é repleto de belezas naturais e possui uma orla com 17 km de praias, balneário apropriado aos propósitos de seus visitantes. Certamente, a transformação de Mosqueiro em Distrito de Belém, pela Lei 753 de 26 de fevereiro de 1901, baixada pelo governador Augusto Montenegro, envolve-se ao contexto da influência da economia da borracha no lugar. O próprio Intendente Municipal, Antônio Lemos, preocupou-se em controlar administrativamente as terras do novo distrito.

> *O intendente Antônio Lemos, vai além da incorporação das terras do Mosqueiro ao patrimônio de Belém, determinando que fossem recolhidos ao Arquivo Municipal todos os livros e documentos referentes aos terrenos ocupados pelo Distrito do Mosqueiro, de acordo com o decreto nº 1.109 de 14 de janeiro de 1902. Tais fatos expressam a preocupação do Estado em disciplinar e controlar o domínio das terras que assumiam nova valoração no contexto da Belle Époque, ou seja, a partir da função social emergente desse território* (CARDOSO, 2000: 78).

O crescimento demográfico da "ilha" e a instalação de determinados equipamentos urbanos também estão intrinsecamente ligados à história da *belle-époque* paraense.

> *É muito importante esse relato de Antônio Baena. Seu texto nos oferece uma perspectiva urbana e social de Mosqueiro, efetivamente, rara e indispensável ao exame cuidadoso do progresso da ilha no final do século XIX. Veja-se que seu estudo remonta o ano de 1885, e no fim desse século, praticamente, Mosqueiro só possuía 40 casas de telha, uma praça, duas ruas, uma igreja pequena, um cemitério, três casas de negócios, duas escolas, duas padarias, uma foguetearia e 500 habitantes, um engenho de cana e quatro olarias* (MEIRA FILHO, 1978: 43).

Se em 1885 a Ilha possuía aproximadamente 500 moradores, em 1896, 11 anos depois, o boletim demográfico divulgado pelo jornal *Folha do Norte* (15/05/1897) registrava uma população de 4.540 pessoas. A partir de então, o balneário de Mosqueiro vai sendo dotado de alguns equipamentos e serviços que não existiam antes da chegada de turistas (ou visitantes). Em 1904, foi construído um ferro-carril ligando o bairro da Vila ao Chapéu Virado. Os

passageiros eram transportados em um bonde, puxado por um burrico, que depois foi substituído por uma locomotiva, carinhosamente apelidada pelos moradores de "Pata Choca" devido ao barulho que fazia quando se puxava o sinal para descer do bonde. Inclusive, o cineasta catalão Ramon de Baños, que esteve em Belém, entre os anos de 1911 e 1913 (PETIT, 2011), em 1912 fez um documentário sobre a nova linha de bondes que ligava a Vila ao Chapéu Virado (BAÑOS, 1991: 122).

Em 1908, foi instalado um trapiche de ferro em Mosqueiro para a atracação de embarcações. Num primeiro momento, ocorriam viagens aos fins de semana e logo depois passaram a ser diárias. A companhia *Port of Pará* disponibilizou a lancha "Tucunaré", o vapor "Gaivota" e o navio "Almirante Alexandrino" para realizar tais viagens. A navegação a vapor era um importante e essencial aspecto da civilização da *belle-époque* na Amazônia, uma vez que através dos rios amazônicos entraram empresas, capitais e pessoas vindos da Europa e dos Estados Unidos. Famílias ricas da cidade de Belém também construíram seus chalés em Mosqueiro. De forma semelhante ao que ocorreu no centro de Belém, principalmente a região da Vila e da orla foram urbanizadas, enquanto o restante da localidade não obteve a instalação de equipamentos urbanos. O que se relaciona diretamente com a dinâmica de vida da população local, conforme Helena Ferreira:

> *A relação estabelecida entre esses dois núcleos (Vila e Chapéu Virado) deixa clara a existência de um processo de segregação socioespacial, visto que os moradores da Vila, em sua maioria, exercem suas atividades para atendimento dos veranistas. Em muitos casos, são seus caseiros e empregados domésticos. Mesmo quando são pequenos comerciantes, se voltam para a clientela do núcleo dos veranistas. Por isso, as diferenças de status e poder econômico entre os nativos e os veranistas e a forma como se relacionam também é extremamente desigual. É um espaço dual, portanto, cuja produção se deu a partir de interesses alheios aos moradores locais. Na verdade, foi o reflexo do momento histórico por que passava Belém e não como o resultado da promoção de um desenvolvimento socioespacial onde se buscasse melhor qualidade de vida para os nativos da Ilha* (FERREIRA, 2010: 70).

Mosqueiro foi se transformando num local de visitação turística na virada do século XIX para o XX. De acordo com Ana Maria Daou:

> *Em Belém, a possibilidade de exposição do corpo e do desfrute das águas ainda era mais facilitada: a vida ao ar livre não se restringia às 'rocinhas', chácaras ou sítios situados nas redondezas da cidade e aos banhos fluviais, e os novos meios de locomoção favoreciam a ida às praias oceânicas, como o balneário do Mosqueiro* (DAOU, 2000: 44-45).

O apelo ao turismo continua muito forte. Sendo que isso traz implicações benéficas, mas também mazelas intensas aos moradores do distrito de Belém. Hoje notamos o forte apelo à atividade turística que na prática pouco ocorre, a não ser o turismo de lazer.

> *O lazer ou turismo de veraneio é evidente no Mosqueiro (...). É pequena a incidência de turistas tradicionais, quer nacionais, quer estrangeiros, que organizados em pacotes turísticos, estendem sua estadia em Belém, passando na Ilha, o tempo necessário para o city tour e às vezes para o almoço, não chegando a alcançar dez horas. Registra-se, também, reduzida demanda de turistas, sobretudo europeus; e do sudeste brasileiro, que visitam a Ilha, individualmente, em busca do desfrute do exotismo amazônico* (CARDOSO, 2000: 95).

É tenaz discutir acerca das políticas públicas que visam atender primordialmente ao público externo, enquanto os moradores não usufruem de serviços públicos condizentes a uma vida de qualidade, por exemplo: durante os meses de julho aumenta a quantidade de ônibus que fazem a linha Belém-Mosqueiro, os postos de saúde funcionam mais do que o normal, inclusive com vários profissionais a mais (médicos, enfermeiros e outros), a limpeza e o reparo das vias públicas e prédios e espaços públicos são constantes. No entanto, tudo isso se esvai quando chega o mês de agosto.

> *A sazonalidade, própria do veraneio, interfere na qualificação da presença do poder público, que demonstra seus serviços e melhorias temporárias de infraestrutura somente nos períodos de grandes demandas: mês de julho, Carnaval e Semana Santa. Via de regra os mosqueirenses assim se expressam diante dessa situação: "ai de nós, se não fosse o veraneio" ou "para a Prefeitura, Mosqueiro só existe em julho, Semana Santa e Carnaval"* (CARDOSO, 2000: 95-96).

Compreendemos que a educação patrimonial em Mosqueiro, no ensino de história, vai chamar a atenção para as questões da vida cotidiana dos alunos, no que tange a sua relação com o patrimônio. A valorização dos bens culturais garante aos alunos o direito à memória, e nesse sentido se relaciona diretamente com o exercício de cidadania. Destaca-se a importância desse patrimônio cultural como lugar de memória que fornece marcos referenciais de identidade, que podem criar ou fortalecer o sentimento de pertença, de afetividade com o lugar (BIAZZETTO, 2013).

A preservação do Patrimônio Histórico, alcançada por meio de vários fatores, primordialmente, pela prática de educação patrimonial, pode, inclusive, contribuir para a efetivação de um "turismo cidadão" cultural e histórico, com a presença dos moradores, proporcionando-lhes oportunidade de trabalho e renda (LEAL, 2011: 126).

Discute-se o desenvolvimento e prática de uma metodologia de Educação Patrimonial que seja capaz de enfrentar o contexto em que vivemos de modernização das cidades e Desvalorização do Patrimônio Cultural. Para tanto, faz-se necessário utilizar os chalés da orla de Mosqueiro como fontes primárias de conhecimento, como recurso didático, para se criar o diálogo entre o indivíduo e o Patrimônio Cultural, para assim estabelecer a noção de pertencimento. A educação sobre patrimônio cultural no ensino de história deve se basear no esforço em auxiliar os estudantes na elaboração do conhecimento histórico, na investigação da realidade, refletindo a respeito de sua ligação com o passado, buscando compreender a historicidade das representações culturais, ou seja, um ensino de história voltado para sujeitos históricos deve propiciar um conhecimento mais amplo da realidade em que vivem. (TEIXEIRA, 2008).

Propomos a definição de um roteiro pedagógico, histórico, cultural, turístico que envolva o conjunto arquitetônico formado pelos chalés localizados na Orla de Mosqueiro, do Murubira à Praia do Bispo, a ser cumprido por meio de passeio ciclístico. Seguindo a orientação da metodologia de Educação Patrimonial oficial do Ministério da Educação (HORTA, 1999), a qual é muito semelhante ao modelo de "indução ao conhecimento histórico" (KNAUSS, 2012). Os discentes do Ensino Médio produzirão um relatório seguindo as etapas: (1) observação, (2) registro, (3) exploração e (4) apropriação. O primeiro e o segundo itens estão relacionados com a visita técnica aos bens culturais, quando os alunos observarão e registrarão por meio de fotos feitas no próprio aparelho celular dos discentes. O terceiro ponto corresponde à pesquisa que os educandos farão com o auxílio de aulas expositivas realizadas pelo professor. Por fim, apresentarão o resultado do trabalho, mostrando como se apropriaram do patrimônio em questão, por meio do que eles próprios decidirão fazer: apontamos as possibilidades de exposição de fotos, poesias, vídeo-documentário, desenhos, encenações.

Após a entrega dos relatórios dos (as) alunos (as), é interessante aplicar o simples questionário: (1) Qual a avaliação da atividade? (2) Como o conhecimento construído acerca do Patrimônio Cultural local pode ajudá-lo (a) na sua vida cotidiana? (3) Deixe sua sugestão ou crítica ao projeto desenvolvido? Podendo o professor repensar a sua prática, a partir da opinião do corpo discente, assim como verificar a relação entre o conhecimento produzido com o trabalho e as "ideias prévias" dos alunos, no sentido de perceber como o ensino de história pode

interferir qualitativamente na aprendizagem (CARRETERO & JACOTT, 1997, p. 36-37), na vida do aluno.

Completada a sequência didática, propomos a construção de um material didático com o título "Cartilha de Educação Patrimonial para o Patrimônio Cultural Material de Mosqueiro", que trará conceitos importantes sobre patrimônio, apontamentos sobre a história local e o relato de experiência da prática de educação patrimonial na Ilha. Pensamos disponibilizar tal produto pedagógico digitalmente (por meio de *e-book*, livro digital) e de maneira impressa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAÑOS, Ramon. **Um pioner del cinema catalã a l'Amazònia**. Barcelona: Íxia Libres, 1991.

BIAZZETTO, Giovanni. Educação patrimonial, patrimônio e memória: conceitos construtores de cidadania e identidade. **Revista Latino-americana de História,** v. 2, nº 6 - Agosto de 2013 – Edição Especial.

BITTENCOURT, Circe. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de história. In: **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 11-27.

CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e relações familiares na economia da borracha** (Belém- 1870-1920). Tese de doutorado. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2006.

CARDOSO, Maria da Paz Araújo. **Ilha do Mosqueiro**: cenário de lutas amazônidas na trilha de sua sobrevivência. Belém: UFPA, CSE. Curso de Serviço Social, 2000.

CARRETERO, Mário & JACOTT, Liliana. Construção do conhecimento e ensino das Ciências Sociais e da História. In: CARRETERO, Mário. **Construir e ensinar as ciências sociais e a história.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, p. 31-54.

CASTRO, Fábio Fonseca de. **A cidade sebastiana**: era da borracha, memória e melancolia numa capital da periferia da modernidade. Edições do autor. Belém, 2010.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque amazônica**. Editora. Rio de Janeiro Jorge Zahar Ed., 2000, p 44-45.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do fausto**: Manaus, 1890-1920. Manaus: Valer, 1999.

FERREIRA, Helena Lúcia Damasceno. **Expansão urbana e periferização em áreas de interesse turístico**: o caso da ilha de Mosqueiro (Belém-Pará). Dissertação de mestrado. Unama. Belém, 2010, p. 70.

FOLHA DO NORTE. Periódico. Data: 15/05/1897. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso: 07/06/2017.

FOLHA DO NORTE. Periódico. Secção "Echos e Notícias". Data: 14/06/1897. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso: 05/06/2017.

FONSECA, Thaís Lívia de Lima. **História e ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

KNAUSS, Paulo. Sobre a norma e o óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa. In: NIKITIUK, Sônia (org.), **Repensando o ensino de História**. 8ª ediç. São Paulo: Cortez, 2012 p. 29-49.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. Conhecendo a cidade, descobrindo o olhar: uma experiência de educação patrimonial com História e fotografia. **História & Ensino**, v. 17, nº 1. Londrina, jan/jun. 2011, p. 123-147.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. 2ª Edição, revisada e ampliada. São Paulo: Brasiliense, 2010 (Coleção Primeiros Passos, 51).

MEIRA FILHO, A. **Mosqueiro**: ilhas e vilas. Belém: Grafisa, 1978.

MONTEIRO, Ana Maria. Ensino de História: entre história e memória. In: Gilvan Ventura da Silva; Regina Helena Silva e Simões; Sebastião Pimentel Franco. (Org.). **História e Educação**: territórios em convergência. 1ed.Vitória(ES): GM/ PPGHIS/UFES, 2007. Disponível em: http://www.ufrrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/pesquisa-pratica-educacional/artigos/artigo1.pdf. Acesso: 20/05/2017.

PETIT, Pere. **Chão de Promessas**: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós 1964. Belém: Editora Paka-Tatu, 2003.

PETIT, Pere. Cinema e história no fim da belle-époque belemense (1911-1913): contribuição ao cinema paraense do cineasta Ramon de Baños. **Cadernos CERU -** Centro de Estudos Rurais e Urbanos/USP , v. 22, nº 2, dezembro de 2011.

RIBEIRO, Willame de Oliveira. **Ordem e desordem do território turístico**: a chegada do estranho e os conflitos de territorialidade na orla oeste de Mosqueiro. UFPA – Dissertação de Mestrado. Belém, 2007.

SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800/1920)**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: riquezas construindo a Belle Époque (1870-1912). 3ª edição. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do "Velho Intendente" Antônio Lemos (1869-1973)**. Belém**:** Editora: Paka-Tatu, 2002.

SOARES, Karol Gillet. **As formas de morar na Belém da Belle-Époque (1870-1910)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém, 2008.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. A Educação Patrimonial no Ensino de História. **Biblos** – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 22, nº 1, 2008.

VERIANO, Pedro. **Cinema no Tucupi**. Belém: Secult, 1999.

WEINSTEIN, Bárbara. **A Borracha na Amazônia**: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec, 1993.